



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Projeto de Lei Complementar Nº 65/2023

Processo Número: **8289/2023** | Data do Protocolo: 05/04/2023 15:56:51

Autoria: **Dani Alonso**

Coautoria:

Ementa: Altera a Lei Complementar nº 1.245, de 2014, que institui a Bonificação por resultados - BR aos integrantes das Polícias Civil, Técnico-Científica e Militar, na forma que especifica.



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 370031003700330037003A004300, Documento assinado digitalmente conforme
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



Projeto de Lei Complementar

Altera a Lei Complementar nº 1.245, de 2014, que institui a Bonificação por resultados - BR aos integrantes das Polícias Civil, Técnico-Científica e Militar, na forma que especifica.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º- O artigo 2º da Lei Complementar nº 1.245, de 27 de junho de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 2º - A Bonificação por Resultados – BR constitui, nos termos desta lei complementar, prestação pecuniária de caráter indenizatório, eventual, desvinculada dos vencimentos do servidor e do militar, que a perceberão de acordo com o cumprimento de metas fixadas pela Administração. (NR).

Parágrafo único - A Bonificação por Resultados - BR não integra nem se incorpora aos vencimentos, proventos ou pensões para qualquer efeito e não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária ou benefício, não incidindo sobre a referida bonificação os descontos previdenciários, de assistência médica ou de natureza tributária. (NR)”

Artigo 2º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Apresento a presente proposição que dispõe sobre a alteração do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.245, de 27 de junho de 2014, que institui a Bonificação por resultados - BR aos integrantes das Polícias Civil, Técnico-Científica e Militar.

A alteração pretendida busca esclarecer que a premiação paga de caráter eventual e desvinculada dos vencimentos do servidor e do policial, possui natureza indenizatória que se fundamenta na meritocracia conquistada pelos integrantes das Polícias Civil, Técnico Científica e Militar que, por meio de seus esforços individuais e coletivos, atingem os resultados esperados no cumprimento das metas e estratégias previamente estabelecidas pela Administração.

Importante lembrar que a instituição de Bonificação por Resultados aos agentes de segurança surgiu como alternativa estatal no combate à criminalidade e da violência, por meio de um modelo de gestão alinhado às estratégias das polícias Cíveis, Militar e Científica.





Nesse sentido, na esteira legislativa do novo ordenamento pátrio (Lei federal nº 13.467, de 2017 – Reforma Trabalhista), **os prêmios e abonos, estão excluídos da natureza remuneratória**, por consequência restaram enquadrados como de natureza jurídica indenizatória.

Assim, a Bonificação por Resultado, instituída pela LC Nº 1.245/14, nada mais é do que uma medida reparatória de recomposição por desempenho extraordinário, evidenciando nítido caráter indenizatório da verba, sem nenhuma evidência de nova riqueza, ou acréscimo patrimonial, circunstâncias que não se enquadram nos incisos I, e II do Art. 43 do CTN, porquanto a cobrança do imposto de renda, neste caso, se constitui em flagrante violação ao princípio da legalidade.

Por todo o exposto, não há dúvidas quanto aos valores pagos a título de bonificação em questão não devem sofrer a incidência tributária, previdenciária, inclusive de assistência médica.

Sala das Sessões,

Dani Alonso - PL



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 360039003200320035003A005000

Assinado eletronicamente por **Dani Alonso** em **05/04/2023 14:24**

Checksum: **BC12037ACC256CC0A1A7599CE8DBC86BE13AE41F9ED37A877CD08D9BE0FB97C4**



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 360039003200320035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.